

# «PRIMÁRIOS» E EDUCADORES DE ACORDO CONFLITO COM O MINISTÉRIO PODERÁ CONDUZIR À GREVE

Mais de um milhar de professores do Ensino Primário e Educadores de Infância reuniram-se, ontem, no anfiteatro da Escola Secundária Rodrigues de Freitas, para debater, uma vez mais, o diferendo entre o Sindicato dos Professores de Zona Norte (SPZN) e o ministro da Educação. Como é público, a questão, que assenta exclusivamente no dec. lei nº 513-M/79, já se arrastou há bastante tempo, e, conforme já noticiámos, tem por base o seguinte: o SPZN entende, por um lado, que os bacharelados diplomados por receberem o curso superior devem entrar no ensino pela letra «G» - e que já se verificou - pretendendo, por outro lado, que os bacharelados diplomados pelas escolas superiores de educação entrem igualmente no ensino pela mesma letra.

É precisamente aqui que surge o ponto de discórdia. Isto é: o ministro João de Deus Pinheiro é do espírito que os diplomados pelas escolas superiores de Educação devem entrar pela letra «J» - argumentando, então, que será exclusivamente mantido o princípio de igualdade de tratamento dos professores do ensino primário diplomados pelas Escolas do Magistério (já antiga ou nova reforma) ou pelas escolas superiores de educação. O SPZN, porém, afirma que o ministro quer «nivelar tudo por baixo», isto é pela letra «J», quando deve, isso sim, «nivelar por cima», isto é, pela letra «G».

No entanto, o SPZN, admitindo que a sua vontade poderá fazer a curto prazo, solicita ao ministro, subseqüente a profusão de turnos primários face os diplomados nas Escolas Superiores de Educação não entrarão para a letra «J» - conforme o ministro entende - mas sim para a

letra «H», para, depois, numa segunda fase, passarem para a letra «G».

Após o que, o SPZN, na voz da dirigente sindical Mariana Teixeira, explicou que a posição reivindicada pelo SPZN é a seguinte: «O diploma emitido em 29 de Janeiro assinado pelo actual ministro, em nome do então ministro, em nome do então ministro, por outro lado, que a posição do ministro é a seguinte: «Os bacharelados diplomados pelas escolas superiores de educação não entrarão, e dentro da mesma linha de

ação, o SPZN afirma que «a interpretação que o senhor ministro faz hoje do referido diploma é insustentável, pois, em Abril de 1985 foi-lhe entregue a proposta da Federação Nacional dos Educadores de Profissão - sobre o enquadramento dos professores na grelha salarial da Função Pública - e nessa altura a mesma proposta foi aprovada e publicada».

Após a declaração feita, o SPZN apresentou ao ministro uma moção - que foi aprovada por unanimidade e emendado - e na qual

espera - que o Ministério de Educação respeite os compromissos assumidos, viabilizando, assim, uma conclusão positiva da negociação do dec. lei 513-M/79 - , declarando-se também «dispostos para desenvolver as acções necessárias à conclusão satisfatória das negociações, sem recuar perante a eventualidade do recurso à greve».

No fim, Mariana Teixeira frisou que «continhamos no acordo, para tal esperamos até meados deste mês, caso contrário recorreremos à greve».

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
<del>10</del>
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

DE EVORA

Conflicto. Professores